

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

## **INTERAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO: IMPLICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL<sup>1</sup>**

### **INTERACTIONS BETWEEN RURAL AND URBAN: IMPLICATIONS FOR REGIONAL PLANNING**

**Taciane<sup>2</sup>, Fernanda Teixeira Jardim<sup>3</sup>, Natacha John<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Artigo elaborado na disciplina de Desenvolvimento Urbano e Regional do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional

<sup>2</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Tecnologia em Agropecuária pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

<sup>3</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UNISINOS.

<sup>4</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em Direito (UCS). Graduada pelo Centro Universitário Franciscano ? UNIFRA.

## **Resumo**

O objetivo central deste artigo é refletir sobre as dicotomias ou as interações dos espaços urbanos e rurais, buscando analisar quais seriam as implicações disso no planejamento do território. Para análise proposta neste artigo nos apoiamos na bibliografia especializada, utilizando o método de revisão bibliográfica. O rural e o urbano são peças que integram uma totalidade, o território, ressaltando as particularidades de cada realidade, mas salientando a necessidade de levar em consideração as inter-relações dos dois espaços no momento de planejar os territórios, bem como, construir e promover o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Interação. Dicotomia. Rural. Urbano. Região.

## **Abstract**

The main objective of this article is to reflect about dichotomies or interactions of urban and rural spaces, trying to analyze what the implications of this for the territory planning. For the analysis proposed in this article we rely on the specialized bibliography, using the bibliographic review method. The rural and the urban are pieces that integrate a totality, the territory, emphasizing the particularities of each reality, but emphasizing the need to take into account the interrelations of the two spaces in the moment of planning the territories, as well as, to construct and to promote development.

Keywords: Interaction. Dichotomy. Rural. Urban. Region.

## **Introdução**

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

O urbano e o rural são produto das relações sociais que se determinaram historicamente refletindo o espaço e a sociedade. Porém, isso não foi sempre definido dessa forma, pois os espaços rurais e urbanos passam por significativas mudanças, principalmente no que diz respeito às atividades desenvolvidas nessas áreas, o que dificulta inclusive a administração dessas configurações nos municípios ao longo do tempo. O processo de modernização contribui muito para essas modificações e para a elevação dos índices de urbanização, o que ainda torna mais difícil a classificação do rural e do urbano. Há na academia grandes discussões entre estudiosos sobre os conceitos de rural e urbano. Entre eles pode-se destacar Abramovay (2003), Souza (2005), Sposito (2006) e Veiga (2000), entre outros.

Por bastante tempo existiu um consenso em entender que o rural representava um espaço em crise e que por isso deveria ser transformado para deixar de ser atrasado. Essa crise se refere à diminuição da importância do rural na economia. No Brasil, isso aconteceu quando transcorreu de uma economia e população de base agrária para uma organização basicamente urbana e industrial, depois da crise de 1929. Esse fato colocou em questão uma quantidade de mecanismos que modificaram profundamente os territórios, a economia e a sociedade (LOCATEL, 2013). Essas questões estão essencialmente implícitas nos vários projetos de desenvolvimento que foram historicamente planejados para o Brasil.

De fato, o que se busca para esses espaços é o desenvolvimento, mas para isso é importante mencionar e refletir sobre qual tipo de desenvolvimento estamos nos referindo, pois segundo Souza (2005) o desenvolvimento que realmente importa é o desenvolvimento socioespacial. Segundo o referido autor, há uma ideia hegemônica de dar uma importância maior ao desenvolvimento econômico, priorizando questões voltadas à modernização tecnológica e crescimento econômico, como se fossem sinônimos de qualidade de vida. Contudo, vale ressaltar que o espaço social é transformado pelas relações sociais e isso precisa ser levado em consideração, inclusive as relações projetadas no território com sua cultura e valores, como espaço sentido e vivido (SOUZA, 2005).

Nessa perspectiva, para que se possa promover o desenvolvimento socioespacial de um determinado território é necessário um bom planejamento. Para Souza (2008), o planejamento, assim como a gestão urbana, deve vislumbrar toda a complexidade social e urbana do espaço, criando espaços para a liberdade de ação individual. A cidade, como produto de processos sócio-espaciais que reflete a interação de várias escalas geográficas, como as áreas rurais, a sua região e as cidades vizinhas, deve ser tratada como um fenômeno complexo, com inúmeros agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais. O planejamento deve, portanto, apropriar-se destes fatores para guiar as estratégias de desenvolvimento urbano, tendo como finalidade a superação de problemas, especialmente relacionados à injustiça social e à melhoria da qualidade de vida. Para o autor, proporcionar qualidade de vida está ligado ao atendimento das necessidades básicas dos cidadãos e a justiça social se dá quando se reconhece as diferenças e desigualdades, tratando de

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

forma distinta cada grupo social, a fim de equiparar seus direitos e suprir suas necessidades.

No Brasil, a partir dos anos 80, o conceito de planejamento encontra-se em descrédito, muito em função da visão tecnocrática do planejamento urbano desta época, pautado em um modelo de cidade ideal, que ignora qualquer conflito e desigualdade social. O modelo de planejamento dissociado da realidade, com padrões exigentes, complexos e de difícil compreensão, levam ao seu isolamento e separando-o da esfera da gestão (Rolnick, 2002). Já a gestão é vista como uma forma de controle mais democrático da cidade, com base em acordos e consensos, em contraposição ao planejamento, na sua visão tecnocrática (Souza, 2008). Este cenário constituiu cidades caracterizadas pelo contraste entre o espaço definido pela legislação urbanística e o espaço real, repleto de ilegalidades e conflitos.

A tradição conservadora levou a um distanciamento entre o planejamento e a gestão, gerando por vezes até um conflito entre as duas dimensões, onde a planejamento atuava somente na esfera técnica, descompassada da realidade e a gestão somente na dimensão política. Neste sentido, verifica-se a tendência perigosa de aplicação da lógica gerencial privada para o espaço urbano, com o discurso do planejamento estratégico, esvaziando a dimensão política, ou subordinando-a a uma racionalidade empresarial.

O planejamento estratégico, modelo importado, disseminado pelos planejadores catalães, surge como alternativa para que as cidades possam competir, especialmente pelos investimentos internacionais, propiciando desenvolvimento econômico. Para seus idealizadores este era o único meio de promover o desenvolvimento urbano das cidades na era da globalização e superação do quadro de “crise urbana” instaurada. Assim, busca-se incorporar o *marketing* ao planejamento e gestão urbana de forma que as cidades possam ser competitivas. Neste modelo a cidade é uma mercadoria a ser vendida para o capital internacional. Portanto a cidade deve passar a imagem de segurança, tecnologia e modernidade para atrair negócios e investimentos, escondendo toda a pobreza e os reais problemas urbanos que sofrem a sua população (Vainer, 2000).

Este modelo propõe uma despolitização, onde não há um reconhecimento dos conflitos, transportando para a esfera da gestão a construção do território, que segundo Vainer (2000) denominou de “ditadura gerencial”. O autor também ressalta que parte da população é excluída da gestão da cidade, por ter “pouca relevância estratégica”, assim, somente os grupos empresariais e agentes com capital econômico possuem legitimidade para participar. Neste contexto, a atuação do estado está presente para atender aos interesses dos atores privados dominantes do mercado, principalmente investindo em infra-estrutura.

Assim, podemos entender planejamento como uma ideologia, pois segundo Villaça (2000) desde as primeiras décadas deste século há uma hegemonia da classe dominante, e essa exerce e exerce dominação sobre a massa que compõem a sociedade, segundo o autor um ótimo meio para verificar qual é a ideologia dominante é através da grande mídia. Provavelmente a percepção do planejamento enquanto ideologia está desvinculado dos

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

políticos, o que faz aumentar a quantidade de planos neoliberais, destacando a participação de empresários e seu *marketing*, priorizando intervenções pontuais e estratégias que favorecem alguns interesses particulares. Os planos devem ser realistas e preverem os conflitos entre diferentes atores e ideologias.

O novo paradigma de planejamento urbano assume que a cidade é produzida por uma multiplicidade de agentes, que devem ter suas ações coordenadas por um plano produzido previamente, dentro de uma visão técnica, mas a partir dos interesses públicos e não elitistas, definindo ações prioritárias (afinal, não há como implementar todas as ações de imediato, assim deve-se direcionar os esforços para objetivos fundamentais para a cidade), reconhecendo os conflitos e dando abertura à dimensão política (Rolnick, 2002).

O principal marco legal urbano no Brasil, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, foi o Estatuto da Cidade, lei Federal nº 10.257 de 2001. Neste instrumento consta como uma das diretrizes da política urbana a “integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influencia” (BRASIL, 2001, inciso VII, Artigo 2º). Uma vez que, o instrumento Estatuto da Cidade amplia a compreensão de sua abrangência para totalidade do município, amplia-se o interesse em discutir o planejamento com as interações dos espaços rurais e urbanos. Percebe-se que cada vez fica mais complexa a distinção entre as áreas rurais e urbanas, com isso cresce a necessidade de se planejar o município em sua totalidade territorial.

Nesse sentido, cabe a discussão e reflexão sobre se há ainda questões dicotômicas entre espaços urbanos e rurais. Principalmente no que diz respeito ao planejamento do município ou território como um todo. Portanto, vale considerar as questões relacionadas à diversidade dos processos espaciais e as características de tais processos. Para analisar e refletir sobre essa proposta do artigo nos apoiaremos na bibliografia especializada, na qual podem ser mencionados os autores Abramovay (2003), Locatel (2013), Miranda (2008), Rua (2005), Schneider (2003) Souza (2005), Sposito (2006), Veiga (2000) e Villaça (2000), entre outros. Dessa forma, utilizamos o método de revisão bibliográfica.

Tendo em vista que, alguns autores como Miranda (2008) considera que não existe uma ruptura entre o rural e o urbano, mas que na verdade é um sistema contínuo. Assim, as áreas urbanas e rurais dos territórios estão cada vez mais conectadas, diminuindo as oposições entre campo e cidade. Essa concepção trata de modos de utilização do território e isso é adotado pelos indivíduos, como também, pelo espaço.

Nessa perspectiva, o objetivo central deste artigo é refletir sobre as dicotomias ou as interações dos espaços urbanos e rurais, buscando analisar quais seriam as implicações disso

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

no planejamento do território. Para tanto, este artigo está dividido em mais duas partes, além desta introdução. Na segunda parte faremos uma reflexão sobre o questão se há dicotomias entre rural e urbano ou interações dos dois espaços, e por fim faremos algumas considerações sobre a discussão proposta no artigo e suas implicações para o planejamento regional.

### **Dicotomias entre o rural e o urbano ou interações dos dois espaços?**

O reconhecimento jurídico do que é urbano e do que é rural foi consolidado no Decreto-Lei nº 311, de 02 de março de 1938, o que nos ajuda a entender as relações atuais entre o campo e a cidade. Veiga (2002) faz uma crítica a esse documento, se referindo a ele como um “entulho autoritário”, pois é fruto de uma ação ditatorial de Getúlio Vargas, porém, essa ação foi muito bem aceita e para muitos especialistas da área é tido como um privilégio para administração pública. Ainda assim, com essa visão favorável, fica evidente que o Decreto-Lei 311 repetiu a ultrapassada prática referente às relações rurais e urbanas de antigamente. As quais entendiam que o rural era um espaço em crise e por esse motivo necessitaria de transformações para deixar de ser atrasado.

Contudo, esse documento deixa frágeis as definições quando reitera a situação de recorte adotado para definir o destino dos impostos coletados em cada um desses espaços. O que de fato estimula os municípios a aumentar os espaços urbanos é o Código Tributário Nacional (1966), pois nele é estabelecido que os impostos da área municipal arrecadados na parte urbana ficam para o município e os da área rural são impostos federais. Uma questão importante nessa lei é que fica a cargo das câmaras municipais o poder de definir os recortes territoriais e as limitações entre áreas rurais e urbanas, esporadicamente são revisados, de acordo com o aumento da área urbana. Assim, gera impactos referentes à variabilidade da linha democrática entre áreas rurais e urbanas, no núcleo da área municipal, pois serve de base para a elaboração de textos oficiais e censos demográficos (WANDERLEY, FARARETO, 2013). Isso, de certa forma desqualifica o rural, pois parece que é apenas uma questão de tempo para este espaço se tornar área urbana. Por consequência, gera uma ideia de dicotomia entre rural e urbano.

Nesse sentido, a dicotomia rural e urbana pode ser entendida como uma clássica categoria de análise, muito usada inclusive nas várias disciplinas das ciências sociais. Assim, é amplamente aceito o pensamento de que o urbano se reproduz a partir da economia da produção rural. Portanto, entendendo a constituição desses dois espaços como processos diferentes, muitas vezes o espaço rural era definido como tudo que não era considerado

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

urbano, ou ainda como um espaço que não sofre interferência direta do urbano, considerando apenas um lugar de produção de cultivos agrícolas (LOCATEL, 2013). Para Veiga (2000) a dicotomia entre rural e urbano se baseia na ausência de um *continuum*, não compreendendo a presença de interferências nas diferenciações de seus espaços.

Por outro lado, existem alguns debates sobre o urbano e o rural como, por exemplo, o de Graziano da Silva (2002) que afirma que no Brasil a ideia de *continuum* do rural está ainda mais permeada de urbanidades. Tanto pelo modelo de produção e econômico, como pela ocupação do solo, partindo dessa ideia o autor caracteriza o “novo rural brasileiro” a partir do agronegócio brasileiro, destacado por uma agricultura capitalista e baseado em *commodities*; da agricultura familiar e seu modo de vida e de produção diferente do agronegócio; por atividades não-agrícolas; e por outros nichos de mercado que se atrelam a novas cadeias produtivas, no entanto, todas essas atividades partem do rural, mas atingem e intervêm nas cidades de forma muito significativa.

A autora Maria Encarnação Sposito (2006) parte da ideia de que é necessário a criação de uma nova unidade espacial, pois está cada vez mais difícil de distinguir no plano das formas espaciais, o campo da cidade. A autora afirma que o espaço de transição do que se compreende como campo e o que se compreende como cidade é formada por um conjunto de atores que relacionam suas vidas econômicas, políticas, sociais e seu espaço de vida relacionado às áreas rurais e urbanas. Sposito (2006) chama atenção para o plano político-administrativo dos municípios, nos quais é permitido o fracionamento em lotes de terras que é composto pelo cinturão verde no entorno da cidade, classificando em dois tipos de cidades, sendo estas as que já foram loteadas e aquelas que estão possivelmente prontas para serem loteadas. Em razão disso, resulta uma cidade descontínua em seu território, com “vazios urbanos”, segundo a referida autora.

Por isso, Ricardo Abramovay (2003) compartilha da ideia de que o rural não deve ser definido como dicotômico e sim relacional com o urbano, reconhecendo que existem distinções e também discontinuidades territoriais, mas estas são resultados das maneiras que o rural e o urbano são altruístas e trocam entre si valores. Assim, o campo e a cidade formam duas distintas territorialidades, relacionadas aos modos de vida, portadores de particularidades, mas com interações entre si.

Rua (2005) já analisa um pouco diferente a questão, visualiza um *continuum* propondo uma “urbanização do rural”, pois observa uma urbanização contínua dos territórios e que o urbano vai se sobrepondo ao rural. Na opinião dele, isso ocorre de formas diferentes, mas faz com que paulatinamente o rural vai desaparecendo. Afirma ainda, que podem se encontrar manchas descontínuas nas áreas rurais e na forma de reprodução social das

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

famílias ainda existem muitas características do urbano, e isso é proveniente da globalização capitalista e mercadológica.

Schneider (2003) contrapõe essa ideia, pois este afirma que a diversidade é a essência das novas “urbanidades do rural”, e isso deve ser analisado em contextos distintos, sem generalizações. É fato que os grandes centros urbanos vêm aumentando, mas em pequenos centros e vilas há uma ruralização do urbano. Assim, tem-se o urbano e o rural compondo um mesmo território, usando formas diferentes, manifestando relações de poder, cultura e modos de vida.

Portanto existe a possibilidade de convivência da cultura urbana com a cultura rural em uma mesma área territorial, onde possam existir inter-relações de seus modos de vida e de produção. Contudo, vale afirmar que não existe fundamentação coerente para prever ou estabelecer o fim do rural, nem mesmo, que se reforce a dicotomia rural e urbana, pois o que acontece é uma redefinição das características da ampliação do desenvolvimento do modelo capitalista. Assim, reafirma a exclusão social, tecnológica, produtiva e regional também, que a riqueza de poucos se mantem em detrimento da pobreza de muitos. Vale mencionar a importância das áreas rurais quanto das áreas urbanas, pois cada uma delas mantem especificidades próprias de seus espaços, sem desconsiderar as interações e as influências exercidas e existentes entre o campo e a cidade. Tudo isso se confirma pela própria trajetória histórica da agricultura familiar, a qual sempre desenvolveu estratégias para garantir sua reprodução social.

No contexto do planejamento regional, Galindo (2017) enfatiza a importância dos municípios médios e pequenos para a conexão entre o urbano e o rural, tendo em vista que estes, frequentemente, fazem a ponte entre os habitantes rurais e os centros urbanos, estimulando as oportunidades econômicas e ofertando mercado e serviços básicos. Esta temática permeia as discussões internacionais, como na Habitat/ONU, que enfatiza que estas duas extremidades são tratadas como *continuum*, em oposição ao caráter dicotômico rural-urbano. Diferente do discurso da ONU, numa análise das políticas regionais setoriais que temos no Brasil, há um aparente desmerecimento do rural. De certa forma, a visão centrada na questão metropolitana e a ênfase nas soluções artificiais, que não ultrapassam os limites do município, contribuem para reforçar esta visão. Assim, afirma o autor (Ibdim, p.174), que é o momento do Brasil incorporar as concepções da ONU em suas políticas, como aponta:

A conexão urbano-rural é essencial para tratar da questão urbana observando-a de um ponto de vista regional, mas não com a concepção da região homogênea, nem mesmo limitando-se a discussão da região polarizada. As complexas relações de horizontalidade e verticalidade, heterarquia e hierarquia indicam a rede urbano-regional como a abordagem adequada para a questão. Deve ser reforçado, na agenda urbano-rural, o papel das pequenas e médias cidades, tão preconizadas nos documentos internacionais.

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

Cabe destacar que as interações dos espaços rurais e urbanos não significam a homogeneização desses espaços, mas que as heterogeneidades são mantidas e inclusive podem se destacar como potencialidade. A relação entre os dois espaços ficam mais fortalecidas, porque tanto o rural quanto o urbano passam a ser mais valorados por suas especificidades. São áreas diferentes, porém que se complementam por ter estabelecido intensas relações. Separar a realidade brasileira em realidade do campo, separada completamente da realidade urbana, está totalmente descolada da realidade atual, pois o rural e o urbano não podem ser divididos como se fossem independentes um do outro. Portanto, significa que as unidades de análises rurais e urbanas precisam ser consideradas a partir de suas interações para que possamos fazer bons planejamentos e boas análises da realidade regional.

### **Considerações sobre as interações do rural e do urbano e as implicações para o planejamento regional**

Nesta seção, acredita-se que é possível responder o seguinte questionamento: se ainda há dicotomias ou existe interações no rural e urbano? Em suma, compreende-se que não há sentido em ver oposição entre o rural e o urbano, pois os espaços devem ser entendidos principalmente pelos seus conteúdos e não somente pela forma que integram. A caracterização dos espaços precisa ir além da simples classificação de atividades ou de ocupação do solo, mas como resultado das relações de interação dos componentes específicos do espaço urbano com o rural. Sendo assim, campo e cidade devem ser entendidos como complementares ao planejar um território, são interdependentes um do outro, porém com características peculiares próprias de suas identidades.

Essas questões podem ser observadas, por exemplo, quando famílias, ou alguns membros da família moram em áreas rurais e trabalham nas áreas urbanas, ou vice versa. Também é possível perceber essas interações quando, principalmente os jovens se deslocam entre o campo e a cidade em busca de lazer. Além disso, há toda movimentação econômica do município com produção de alimentos, bens e serviços e compra e venda de alimentos, bem como, a articulação política que se dá de forma integrada, geralmente.

Outra forma de interferência no meio rural é através de políticas públicas, as quais geralmente estão baseadas em promover o desenvolvimento rural de um determinado território, aumentando assim a necessidade de uma outra unidade de análise. Algumas áreas rurais são tidas como alocação de empresas, motivadas pelo baixo custo por ter maior



**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

disponibilidade de mão de obra, mudando a rotina e muitas vezes a cultura dessas localidades. Assim, nos evidencia que não é possível planejar uma região levando em consideração os diferentes setores, mas sim o contexto da região em sua totalidade.

Portanto, planejar integradamente as regiões rurais e urbanas em esfera regional, expressa a necessidade de reconhecer os processos espaciais para além da cidade compactada. Faz-se necessário superar a ideia fixa de que áreas de interação rural-urbana são postas apenas de maneira reversa da expansão urbana. Para isso, serve o planejamento e gestão das cidades, dando destaque ao plano diretor dos municípios, se forem bem efetivados e implementados de forma coerente nas áreas de interação rural-urbanas, usando também de maneira criativa os instrumentos urbanísticos dispostos no Estatuto da Cidade. A expectativa a partir disso, é melhorar a capacidade de gestão do uso do solo e moderar a especulação imobiliária, nos espaços urbanos e rurais, promovendo com essa implantação de outras instâncias de planejamento e ampliando a gestão democrática dos processos. Cabe contextualizar, que essas áreas de interação do rural e do urbano nunca foram prioridade nos planejamentos urbanos, mas que na verdade são áreas de disputas e até mesmo de conflitos em razão dos diversos interesses sob esses espaços (MIRANDA, 2008).

Nesta direção destaca Rolnick (2002) que o plano diretor não pode ter a pretensão de solucionar todos os problemas da cidade, mas é um instrumento definidor das intervenções prioritárias, estabelecendo princípios para as ações dos diversos agentes envolvidos na sua construção, sendo a base para a gestão pactuada. O plano diretor nasce da leitura real da cidade, com a participação da sociedade, tratando das questões envolvendo os aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, como parâmetro para elaboração de diretrizes de desenvolvimento e planos de territorialização (Rolnick, 2002).

As questões relacionadas ao rural e ao urbano são, sobretudo, definições de áreas onde há no lugar determinados processos sociais, políticos e econômicos. Contudo, as limitações entre os dois espaços não são claras, pois são determinados a partir de especificidades que lhe são atribuídos. No Brasil, ainda existe o acréscimo da dificuldade com relação à ausência de um limite quantitativo, o qual conduz a uma valoração do urbano e, de certa maneira, percebe o rural como atrasado em relação à cidade. A classificação de um espaço como rural ou urbano será imperfeito, pois os indicadores são determinados pelo próprio pesquisador, o qual irá interá-los (RODRIGUES, 2014).

Dessa forma, diante da crise do modelo de desenvolvimento que as cidades vivem, entende-se que é preciso garantir o direito a cidade para os cidadãos e também para os camponeses. Tendo em vista que, a urbanização do rural não causará o fim do rural, mas que existe sim uma interação com uma nova territorialidade, integrada por ruralidades e

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

urbanidades, portanto, é preciso compreender uma nova abordagem que abarque todos os elementos que integram esse espaço enquanto totalidade (LOCATEL, 2013).

De acordo com Sposito (2006), reconhece-se a existência da distinção entre rural e urbano e o campo e a cidade, porém, entende-se que é necessário considerar que eles só podem ser concebidos pelas suas relações. Não há uma condição de isolamento, tendo em vista que a circulação de comércios, indústrias, redes de telecomunicação dentre outros, comportam relações dialéticas que se complementam, integram-se e se ligam. Portanto, pode-se afirmar que são as relações que informam sobre as proximidades e os distanciamentos entre as áreas rurais e urbanas. É necessário que se entenda o rural para além do campo e o urbano para além da cidade e ambos inteirados.

Rural e urbano, de acordo com essa concepção, são peças que integram uma totalidade, ressaltando a importância do estudo do campo, bem como, da cidade, justificando-se nas inter-relações dos dois espaços. Isso vale, mesmo que o campo não seja propriamente tão rural e nem a cidade seja tão urbana quanto se imagina, de fato eles não estão em oposição, muito menos se excluem, na verdade bem pelo contrário, são complementados entre si pelas suas heterogeneidades. Nesse sentido, conclui-se como fundamental que se considere todos esses aspectos supracitados, pois são necessários para se planejar os territórios, bem como, construir e promover o desenvolvimento regional.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, UFRGS, 2003 a, pp. 17-56.

LOCATEL, C. *Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil*. Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 85-102, set. 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjUqT3perWAhWJIZAKHdRiAZEQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mercator.ufc.br%2Findex.php%2Fmercator%2Farticle%2Fview%2F1176%2F498&usq=AOvVaw3ECoKFWNJGRJouhq8xzdjT> Acesso em: 05 abr. 2018.

GALINDO, E. Conexão Urbano-Rural. In: COSTA, Marco Aurélio (org.). *O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana*. Brasília: IPEA, 2016. p. 161-180

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

MIRANDA, L. *Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da região metropolitana do Recife - PE*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2008.

RODRIGUES, J. *O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa/PT. 2014. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_211\\_d04.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_211_d04.pdf) Acesso em: 01 mai. 2018.

ROLNIK, R. *Estatuto das Cidades: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações. 2002.

RUA, J. *Urbanidades no rural: em um trecho da região serrana fluminense - a rodovia Teresópolis - Nova Friburgo*. In: Encontro de grupos de pesquisa, I, Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 1 CD-ROM, 2005.

SCHNEIDER, S. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. I Fórum internacional território, desenvolvimento rural e democracia. Fortaleza, 2003.

SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2002.

SOUZA, M. O que devemos entender por Desenvolvimento Urbano? De Marcelo L. de Souza. In. *O ABC do Desenvolvimento Urbano*. Cap.6. 2005. p.93-102.

\_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In:

SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p.111-130.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Vainer, C. e MARICATO, E. Org. *A Cidade do pensamento único*. Petrópolis, RJ, 2002.

VEIGA, J. . *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: UFRGS,

**Eixo temático:** EIXO 2: Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Territorial

2000.

VEIGA, J. *Cidades imaginárias - O Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo, Autores Associados, 2002.

VILLAÇA, F. *Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje*. Campo Grande, Junho, 2000. P.1-16.

WANDERLEY, M. FAVARETO, A. *A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas*. Relatório Final - Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola - IICA. Brasília, 2013.